



**Edição nº 604 – 15/10/2019**  
(Período 8 a 15 de outubro de 2019)

## **1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Resolução nº 647/2019 - Presidência** – torna público o Quadro de cargos efetivos dos servidores do Supremo Tribunal Federal.

**Edital de Convocação de Audiência Pública na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 614 – Ministra Carmen Lúcia** - Assunto: **Decreto Presidencial nº 9.191/2019** e **Portaria nº 1.576/2019 do Ministério da Cidadania**. *Trata-se de medida cautelar, ajuizada por Rede Sustentabilidade contra o Decreto Presidencial nº 9.191/2019, pelo qual se altera a estrutura do Conselho Superior do Cinema, transferido do Ministério da Cidadania para a Casa Civil da Presidência da República, com modificação de composição e funcionamento daquele órgão, e contra a Portaria nº 1.576/2019 do Ministério da Cidadania, pela qual se suspende, por cento e oitenta dias, prorrogáveis, o Edital de Chamamento para TVs Públicas, de 13.3.2018, pela necessidade de recomposição dos membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual – CGFSA - em anexo.*

**Edital de Convocação de Audiência Pública no Recurso Extraordinário nº 1238853 (reautuado do ARE 1054490) – Ministro Roberto Barroso** - Assunto: Recurso Extraordinário com Repercussão Geral. Candidatura Avulsa. **Constituição Federal. Pacto de São José da Costa Rica** - *Trata-se de recurso extraordinário no qual se discute a constitucionalidade da candidatura avulsa (sem filiação partidária). Na origem, os recorrentes tiveram indeferido seu pedido de registro de candidatura autônoma à prefeitura do Rio de Janeiro. Os recursos para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram*

*rejeitados, ao fundamento de que a filiação partidária constitui condição inafastável de elegibilidade, nos termos do art. 14, § 3º, V, [CF](#) - em anexo.*

## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Resolução nº 19/2019 – Presidência** - altera a estrutura orgânica da Escola Corporativa, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria dos Órgãos Julgadores, bem como a composição e a lotação dos cargos em comissão e das funções de confiança do STJ – em anexo.

## **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Portaria nº 791/2019 - Presidência** – institui a Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres), vinculada à Presidência.

**Portaria nº 798/2019 - Presidência TRE/PR** - trata das incumbências do advogado para efeito de utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) 1º grau, no âmbito das Zonas Eleitorais do Estado do Paraná, objetivando facilitar o exame dos processos eletrônicos pelo magistrado e pelas partes.

## **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Portaria nº 153/2019 – Presidência** - altera a composição do Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde *(da 4ª Região fazem parte do Comitê o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto e o Juiz Federal Clênio Jair Schulze, da 1ª Vara Federal de Brusque/SC)* – em anexo.

## **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**Portaria nº 536/2019 - Presidência** – designa, na forma prevista no art. 8º, *caput*, da [Resolução nº 318/2014](#), os servidores relacionados para compor a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental no âmbito do CJF.

**Portaria nº 537/2019 - Presidência** - dispõe sobre a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2019.

**Resolução nº 586/2019 - Presidência** - dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

**Resolução nº 588/2019 - Presidência** - dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

**Resolução nº 590/2019 - Presidência** – dispõe sobre alteração de dispositivos da [Resolução CJF nº 5/2008](#), que, em seus artigos 58 e 60, trata da candidatura de servidor a cargo eletivo e a respectiva remuneração.

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**Edital nº 1/2019 – Presidência** - torna pública, com prazo de 10 (dez) dias, a abertura de Concurso de Remoção Interna de **Juiz Federal**, pelo critério de antiguidade, sendo disponibilizada 01 (uma) vaga na 25ª Vara Federal de Porto Alegre/RS – **em anexo**.

**Provimento nº 85/2019 – Corregedoria Regional** - altera os artigos 338 e 339 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, estabelecida pelo Provimento nº 62, de 13 de junho de 2017 (*que tratam da execução penal*) – **em anexo**.

## JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

**Portaria nº 1.438/2019 – Direção do Foro da Subseção Judiciária de Campo Mourão/PR** - constitui a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Campo Mourão e estabelece critérios para a composição, coordenação dos Brigadistas Voluntários, dentre outras providências – **em anexo**.

**Portaria nº 1.445/2019 – Direção do Foro da JFPR** – constitui Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Projeto "Linha do Tempo" da Seção Judiciária do Paraná – **em anexo**.

## 2. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

**Resolução nº 170/2019 - Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho** - altera a Resolução CSMPT nº 143, de 27 de abril de 2017, que estabelece normas sobre o concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Trabalho.

## 3. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Portaria nº 3.320/2019 - Secretaria-Executiva** – constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.

## 4. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

**Lei nº 13.880/2019** – altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica.

**Lei nº 13.881/2019** – altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal (*subvenção econômica nas operações de crédito rural*).

**Lei nº 13.882/2019** – altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência

doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

[Lei nº 13.882/2019 - republicação por incorreção no § 8º do Art. 9º](#) - altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 \(Lei Maria da Penha\)](#), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

[Lei nº 13.883/2019](#) - abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 236.566.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

## **5. PODER EXECUTIVO FEDERAL**

### **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

[Decreto nº 10.026/2019 - retificação](#) - regulamenta a [Lei nº 13.648, de 11 de abril de 2018](#), que dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural.

[Decreto nº 10.046/2019](#) - dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

[Decreto nº 10.047/2019](#) - dispõe sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais e institui o programa Observatório de Previdência e Informações, no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais.

[Decreto nº 10.048/2019](#) - dispõe sobre a execução do Septuagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2 (79PA-ACE2), firmado pela República Federativa do Brasil e pela República Oriental do Uruguai.

[Decreto nº 10.049/2019](#) - institui o Núcleo Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social.

[Decreto nº 10.050/2019](#) - altera o [Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010](#), que regulamenta a [Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009](#), que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional.

[Decreto nº 10.051/2019](#) - institui o Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

**[Decreto nº 10.052/2019](#)** - institui a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão e Digital.

**[Decreto nº 10.053/2019](#)** - aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

**[Decreto nº 10.054/2019](#)** – dispõe sobre a qualificação da Casa da Moeda do Brasil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

**[Decreto nº 10.055/2019](#)** – dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atendimento socioeducativo, para fins de elaboração de estudos das alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades socioeducativas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

**[Decreto nº 10.056/2019](#)** – institui a Comissão Nacional de Atletas.

**[Decreto nº 10.057/2019](#)** - dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

**[Decreto nº 10.058/2019](#)** – dispõe sobre a execução do Octogésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (85PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.

**[Decreto nº 10.059/2019](#)** - remaneja cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e altera o **[Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019](#)**, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Controladoria-Geral da União.

**[Decreto nº 10.060/2019](#)** – regulamenta a **[Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974](#)**, que dispõe sobre o trabalho temporário.

**[Decreto nº 10.061/2019](#)** - promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec, firmado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.

**[Decreto nº 10.062/2019](#)** – institui o Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

**[Decreto nº 10.063/2019](#)** – dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação

Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

**Decreto nº 10.064/2019** - institui o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes.

**Decreto nº 10.065/2019** - dispõe sobre a qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

**Mensagem nº 492/2019** - *Senhor Presidente do Senado Federal: Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da [Constituição](#), decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o [Projeto de Lei nº 3.688, de 2000 \(nº 60/07 no Senado Federal\)](#), que "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica". Ouvidos, os Ministérios da Educação e da Saúde manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões: "A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), bem como dos arts. 16 e 17 da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) e ainda do art. 114 da [Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 \(Lei nº 13.707, de 2018\)](#)". Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.*

**Mensagem nº 495/2019** - *Senhor Presidente do Senado Federal: Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da [Constituição](#), decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o [Projeto de Lei nº 2.538, de 2019 \(nº 61/17 no Senado Federal\)](#), que "Altera a [Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003](#), para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher". Ouvidos, os Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Saúde manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões: "A propositura legislativa altera a vigente notificação compulsória de violência contra a mulher atendida em serviço de saúde público ou privado, que atualmente tem por objetivo fornecer dados epidemiológicos, somente efetivando-se a identificação da vítima fora do âmbito da saúde em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, sempre com o seu consentimento. Assim, a proposta contraria o interesse público ao determinar a identificação da vítima, mesmo sem o seu consentimento e ainda que não haja risco de morte, mediante notificação compulsória para fora do sistema de saúde, o que vulnerabiliza ainda mais a mulher, tendo em vista que, nesses casos, o sigilo é fundamental para garantir o atendimento à sua saúde sem preocupações com futuras retaliações do agressor, especialmente quando ambos ainda habitam*



*o mesmo lar ou ainda não romperam a relação de afeto ou dependência".Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.*

## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

**Portaria nº 491-E/2019 - Agência Nacional do Cinema (Ancine)** - torna público os critérios econômicos, e os respectivos procedimentos administrativos, para a análise prioritária de projetos audiovisuais aprovados pela Agência Nacional do Cinema - ANCINE e financiados com recursos públicos.

**Portaria nº 320/2019 - Fundação Nacional de Artes (Funarte)** - institui o Edital do Conservatório Brasileiro de Teatro.

## **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

**Portaria nº 548/2019 - Gabinete do Ministro** - institui Grupo de Trabalho para proposição do aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro.

**Portaria nº 555/2019 - Gabinete do Ministro** - altera dispositivos da **Portaria nº 424, de 21 de agosto de 2019**, e estabelece novo limite de empenho no âmbito do Ministério da Economia, autarquias e fundações vinculadas.

**Portaria nº 558/2019 - Gabinete do Ministro** – altera a **Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016**, que estabelece normas para execução do **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**, e dá outras providências (*tratam das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse*).

**Portaria nº 559/2019 - Gabinete do Ministro** – altera a **Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2008**, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de loja franca em portos e aeroportos alfandegados.

**Portaria nº 562/2019 - Gabinete do Ministro** - institui grupo de trabalho com o objetivo de promover estudos destinados à implantação de órgão ou entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos civis da União.

**Portaria nº 101/2019 - Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoas** - institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Economia, com o objetivo de analisar e consolidar os Planos de Desenvolvimento de Pessoas dos Órgãos e Entidades do SIPEC para a execução de ações de desenvolvimento de pessoas no ano de 2020.

**Portaria nº 34/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** - altera a **Portaria nº 47, de 14 de dezembro de 2018**, que trata da disponibilização do Sistema de Informações Gerenciais dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIG-

RPPS *(determina que poderá ser disponibilizado ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e aos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o acesso às informações resultantes do cruzamento de dados enviados pelos seus jurisdicionados, para desenvolvimento de suas atividades institucionais de controle).*

**Portaria nº 1.127/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** - define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

**Portaria nº 6.207/2019 - Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade** - dispõe sobre os procedimentos e os critérios para a abertura, o fechamento e a mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego - Sine - instituídas por entes parceiros.

**Portaria nº 5.832/2019 - Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento** - divulga a classificação quanto ao porte das empresas estatais federais com sede no Brasil, referente ao exercício 2018, cuja base de classificação é a apuração da Receita Operacional Bruta de que trata o art. 51 do **Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016**, para fins de tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte.

**Portaria nº 62/2019 - Alfândega da Receita Federal no Porto de Paranaguá/PR** - altera a **Portaria ALF/PGA nº 30, de 26 de junho de 2012**, que disciplina o controle de entrada e saída de pessoas e veículos em recinto sob controle aduaneiro na jurisdição da Alfândega do Porto de Paranaguá.

**Resolução nº 938/2019 - Conselho Curador do FGTS** - altera a metodologia de cálculo para a formação da reserva de liquidez prevista na **Resolução nº 702, de 2012**.

**Resolução nº 939/2019 - Conselho Curador do FGTS** - revoga o inciso VI do art. 30 da **Resolução nº 702**, que trata da capacidade de pagamento do beneficiário na utilização dos descontos.

**Resolução nº 940/2019 - Conselho Curador do FGTS** - estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS e modelo de apresentação de informações da carteira de créditos do FGTS.

**Resolução nº 941/2019 - Conselho Curador do FGTS** - autoriza o resgate de cotas de recursos em disponibilidades do FI-FGTS.

**Instrução Normativa nº 1.911/2019 - Secretaria da Receita Federal** - regulamenta a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.



[Instrução Normativa nº 1.912/2019 - Secretaria da Receita Federal](#) - altera a [Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012](#), que dispõe sobre o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof).

[Solução de Consulta nº 6.030/2019 - Divisão de Tributação](#) - Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. Programa Empresa Cidadã. Alterações introduzidas pela [Lei nº 13.257, de 2016](#). Eficácia. *As disposições normativas atinentes à prorrogação da licença-paternidade, no âmbito do Programa Empresa Cidadã, introduzidas por meio do art. 38 da Lei nº 13.257, de 2016, são aplicáveis desde 1º de janeiro de 2017, independentemente de eventual regulamentação pelo Poder Executivo, devendo a referida prorrogação da licença-paternidade ser concedida ao empregado que a requeira no prazo de dois dias úteis após o parto e que comprove participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável.*

[Ato Declaratório Interpretativo nº 4/2019 - Subsecretaria da Receita Federal](#) – declara a interpretação a ser dada ao parágrafo único do art. 195 do [Código Tributário Nacional](#) (trata dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes de lançamentos neles efetuados armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente).

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

[Portaria nº 1.717/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dispõe sobre a autorização para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec emitir os códigos autenticadores dos diplomas dos concluintes de cursos técnicos de nível médio ofertados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes com base na [Portaria nº 401, de 10 de maio de 2016](#).

[Portaria nº 1.718/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dispõe sobre a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio por Instituições Privadas de Ensino Superior – Ipes.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

[Portaria nº 761/2019 - Gabinete do Ministro](#) – institui Grupo de Trabalho com a finalidade de definir diretrizes para elaboração de projeto de Parceria Público-Privada - PPP visando a implementação do sistema de radiocomunicação crítica digital entre os órgãos de segurança pública, em âmbito nacional.

[Portaria nº 770/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na [Constituição Federal](#), e revoga a [Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019](#).

[Portaria Interministerial nº 8/2019 - Gabinetes dos Ministros da Justiça e Relações Exteriores](#) - dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.

[Portaria Interministerial nº 9/2019 - Gabinetes dos Ministros da Justiça e Relações Exteriores](#) - dispõe sobre a concessão e os procedimentos do visto temporário e da respectiva autorização de residência para fins de acolhida humanitária a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria.

## **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

[Portaria nº 961/2019 Gabinete do Ministro/Instituto Rio Branco](#) - aprova o regulamento do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco.

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

[Instrução Normativa nº 5/2019 - ICMBio](#) - regulamenta a realização de eventos nas unidades de conservação federais sob gestão do ICMBio.

[Resolução nº 20/2019 - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético \(CGen\)](#) - estabelece procedimentos para que a Secretaria Executiva do CGen cancele os cadastros de acesso, de remessa, ou de notificação de produto acabado ou material reprodutivo, nos casos em que especifica.

[Resolução nº 23/2019 - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético \(CGen\)](#) - estabelece a forma de cadastro da procedência do patrimônio genético no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen, quando não for possível informar o número do cadastro de acesso que deu origem ao produto intermediário obtido de terceiro.

[Voltar ao topo](#)